



CAMPESINATO E CAMPESINIDADE NA VILA AMAZÔNIA (PARINTINS/AM): UM ENSAIO GEOGRÁFICO FENOMENOLÓGICO

Peasantry and campesinity in Amazônia Village (Parintins, Amazonas, Brazil): a phenomenological geographical test

Anderson de Souza Tavares¹

Resumo

Os avanços das técnicas e tecnologias desde a Revolução Industrial, impulsionadas pelo capitalismo, provocaram mudanças infraestruturais em diversos espaços rurais. O campo, hoje, vem adquirindo novos significados, levando o campesinato a construir novas identidades. Nesse sentido, a Vila Amazônia, na zona rural do município de Parintins, no estado do Amazonas, aparece como um exemplo concreto dessas mudanças no modo de vida campesino contemporâneo, influenciado por agentes externos, que interferem na forma como o espaço é vivido pelos camponeses. Desde o final do século XX, a Vila Amazônia se tornou alvo de mudanças em sua infraestrutura, absorvendo configurações urbanísticas que passam a compor o cotidiano dos camponeses dessa localidade. Este trabalho resulta de investigações acerca da percepção do espaço vivido pelos moradores de Vila Amazônia, tomando como referência uma abordagem fenomenológica, considerando o campesinato como modo de vida desses moradores, utilizando-se dos conceitos de geograficidade, proposta por Eric Dardel, e campesinidade, proposta por Klaas Woortmann, através de pesquisa qualitativa ao longo de 18 meses. Como resultados, percebeu-se que a presença de configurações urbanísticas no espaço de vida daqueles moradores influencia fortemente seus modos de vida, criando novos hábitos e mudando suas formas de se relacionar com o espaço vivido.

Palavras-Chaves: Campesinato; Campesinidade; Geograficidade; Vila Amazônia.

Abstract

The advances in techniques and technologies since the Industrial Revolution and powered by capitalism caused infrastructure changes in several rural areas. The peasant countryside, today, has acquired new meanings, leading the peasantry to build new identities. In this sense, the Amazonia Village, in the rural area of the municipality of Parintins, Amazonas state, appears as a concrete example of these changes in the contemporary peasant way of life, influenced by external agents that interfere in the way how the space is lived by the peasants. Since the end of the 20th century, the Amazonia Village has become the target of changes in its infrastructure, absorbing urbanistic configurations that become part of the daily life of the peasants of this locality. This work is the result of investigations about the perception of space lived by the inhabitants of Amazonia Village, taking a phenomenological approach as a reference, considering peasantry as a way of life of these inhabitants, using the concepts of geographicity, proposed by Eric Dardel, and campesinity, proposed by Klaas Woortmann, through qualitative research over 18 months. As a result, we saw that the presence of urban settings in the living space of these residents strongly influences their ways of life, creating new habits and changing their ways of relating to the space lived.

Keywords: Peasantry; Campesinity; Geographicity; Amazonia Village.

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFAM. Professor de Geografia do Instituto Federal do Amazonas – IFAM. E-mail: adesouzatavares@yahoo.com.br



Introdução

O espaço geográfico se revela como um espaço dinâmico de relações íntimas e intensas entre o homem e o meio onde vive, impregnado de símbolos e significados que se modificam à medida em que essas relações acontecem. Sendo dinâmico, o espaço geográfico se transforma a todo instante, resultado dos esforços coletivos do homem em busca de melhores condições de vida. À medida em que o espaço é transformado, ele provoca transformações nas relações do homem, que passa a percebê-lo de outra maneira.

O estudo do campesinato desperta o interesse da ciência geográfica para a análise e observação da relação do homem com o espaço rural desde sua forma mais simples à mais complexa. O campesinato, há muito estudo como um modo de produção pré-capitalista, sempre esteve em discussão no campo científico, primeiro por ser um modo de produção que resiste à grande pressão absorvedora do Capitalismo, que envolve e transforma tudo por onde passa; segundo, por ser mais que um simples modo de produção, considerado, em muitos exemplos, como um modo de vida, com economia e cultura próprias, mesmo que interagindo com o Capitalismo, formando um sistema de símbolos e significados complexos e peculiares.

Considerar o campesinato um simples modo de produção é reduzir uma gama considerável de grupos sociais complexos a uma mera classe econômica, como se todas as relações humanas tivessem que estar pautadas na economia, que ocorre com muita frequência no Capitalismo, afetando a Ciência e deturpando o pensamento científico vigente. O estudo do Campesinato deve partir da premissa de que o homem como um ser geográfico não é um mero integrante de um sistema que dita suas regras e o posiciona onde este deve permanecer até que o sistema o reposicione.

Considerando estes fatores, o artigo se propõe a mostrar um Campesinato como modo de vida que se integra e desintegra ao sistema vigente (Capitalismo), que permeia por entre a vida dos camponeses, mas que, apesar de se relacionarem com tal sistema, permanecem como um grupo comunal que segue uma ordem moral estabelecida culturalmente. Para tanto, é necessário entendê-los a partir de suas geograficidades, ou seja, de suas relações mais íntimas com a Terra, que irá figurar com significados distintos para cada grupo; e a partir de seus valores, que não são econômicos, mas morais e éticos, constituindo o que Woortmann (1990) vai chamar de campesinidade, que ocorre no espaço e no tempo.



Para compor o processo de construção deste pensamento, primeiro vamos fazer um apanhado breve da evolução do pensamento geográfico até a constituição da Geografia humanista, onde se insere a fenomenologia aos estudos geográficos, que é o suporte teórico metodológico do presente pensamento. Depois passaremos a observar a construção do conceito de campesinato, a fim de concebê-lo como um modo de vida, muito além de reduzi-lo a uma classe ou modo de produção. Finalmente, vamos observar, a partir da Vila Amazônia, como o campesinato se torna peculiar na região Amazônica, onde o campo se difere daqueles onde ocorreram as análises dos pensadores clássicos do tema.

A ciência geográfica: construções e reconstruções de uma ciência humana

O processo de construção do pensamento geográfico moderno, a partir do século XIX, quando a geografia se institucionaliza enquanto ciência moderna, tornou o processo de observação do espaço geográfico um tanto lógico e racionalista, voltado para uma objetividade que arrancava do íntimo do homem o espaço que compunha sua vida, transformando este espaço em um objeto que, por muitas vezes, parecia estar alheio ao próprio homem, como se este fosse um expectador de suas próprias ações.

A objetividade, como princípio metodológico do determinismo, a primeira corrente do pensamento geográfico moderno, era “proveniente do fato de que só apreendemos da realidade suas manifestações regulares e gerais” (GOMES, 2010, p. 176), o que não nos permite conceber que valores individuais podem influenciar na maneira em que o mundo é apresentado.

A base lógica do determinismo, que tornou a geografia uma ciência moderna no século XIX, arrancava essa mesma geografia do interior da experiência do homem com a Terra: o estudo do meio era o ponto de partida da pesquisa geográfica. O Determinismo generalizava em leis os fenômenos geográficos, que não podiam ser influenciados pelas particularidades do homem, ou seja, não cabia as interpretações de experiências individuais para explicar um fenômeno geográfico. Esse racionalismo levava o determinismo para além de uma metodologia que conduz à verdade, definindo-o como um instrumento de previsão, capaz de antecipar resultados (GOMES, 2010, p. 178). Com isso, o determinismo geográfico acaba levando a geografia a um patamar de ciência da natureza, colocando o homem como um simples integrante do meio, que é determinado por um processo de evolução e diferenciação (GOMES, 2010, p. 185).



Em outro momento, visando mudar o pensamento geográfico, a fim de torna-lo mais humano, surge, na França, o pensamento possibilista da Geografia, encabeçada por Vidal de La Blache. Apesar de seus esforços em evidenciar a ação humana nos estudos geográficos, o possibilismo de La Blache, ainda não considerava a experiência que o homem tem com a Terra para compreender o espaço geográfico: “A especificidade da ação humana, com relação à dos outros elementos, vem de sua maior capacidade de transformação. Ela tem um papel central na organização do meio” (GOMES, 2010, p. 200).

O possibilismo leva a Geografia para mais além do que as ciências humanas contemporâneas à sua época já vinham fazendo, uma vez que seu método se utilizava de uma maneira de descrever que explicava, tornando a descrição e a explicação em duas vertentes de uma única e mesma ideia, considerada uma arte no pensamento científico. “O método vidaliano é caracterizado por três proposições: observação (descrição), comparação e conclusão” (GOMES, 2010, p. 209). Essa epistemologia, pautada na chamada *Naturphilosophie*, fez com que a geografia vidaliana se tornasse mais humana e menos mecânica e lógica, contrapondo-se à geografia alemã de Ratzel. Esse grande passo epistemológico vai possibilitar, mais tarde, os estudos das sociedades camponesas. Por muito tempo, as duas correntes do pensamento geográfico prevaleceram como base nos estudos da geografia, ora mais natural, ora mais humana, ora geral, ora regional, mas sem considerar, ainda, as experiências individuais que o homem, enquanto um ser geográfico, possuía.

As dicotomias entre o natural e o humano e, mais severamente, entre o geral e o regional, levaram à inquietude de alguns geógrafos no pós-guerra de 1939-1945, que passaram a formular críticas, principalmente em relação às monografias regionais da escola francesa.

Passando por diversos momentos de grandes renovações críticas, engendradas pela escola anglo-saxã, a geografia chega à sua fase marxista, em um horizonte de uma crítica radical, que se opõe à geografia tradicional e à geografia dita quantitativa, com a pretensão de formar uma nova ciência em acordo com as bases de uma nova sociedade. “O materialismo histórico e dialético é método que permite a passagem da imagem caótica do real para uma estrutura racional, organizada e operacionalizada em um sistema de pensamento” (GOMES, 2010, p. 281).

O pensamento marxista define uma nova atitude do cientista em sua relação com a sociedade, mas o leva a entender a natureza apenas como suporte para a reprodução do sistema



social vigente e o homem como um ser social que só existe em função da sociedade. “A base do sistema materialista-histórico é dada pelas regras que determinam o tipo de relação de produção frente ao desenvolvimento das forças produtivas” (GOMES, 2010, p. 283). Assim, a geografia acaba se firmando num pensamento científico em que o estudo do homem se pauta nas relações de produção e o espaço se torna palco de conflitos onde a economia gerir as interações geográficas da sociedade: “A geografia contribuiria para a compreensão das condições materiais da existência social e, portanto, da constituição de um modo de produção, levando em consideração a divisão territorial do trabalho” (GOMES, 2010, p. 296).

Apesar disso, foi com a geografia crítica marxista que o estudo do campesinato passa a compor o rol de interesses da geografia. É o marxismo que empreende os primeiros ensaios sobre o campesinato, considerado pelo próprio Marx como um modo de produção pré-capitalista que perdura no Capitalismo. Porém, o camponês acaba sendo resumido à uma classe fora dos padrões Capitalistas que, apesar do esforço em reconhecer sua característica revolucionária e seu ímpeto de atuação política, como o fez Alavi (1976), está fadado a extinção, como foi analisado por Lenin.

A necessidade de uma geografia que busque na essência do homem o conhecimento geográfico se faz iminente. O marxismo geográfico começa a não satisfazer todas as indagações que o conhecimento geográfico busca responder. O homem não é um mero ator que atua de forma instantânea provocado por um roteiro imposto por um sistema desigual. O homem é um ser geográfico que possui em sua essência uma geograficidade, que o liga intimamente à Terra, em uma relação concreta e existencial, como nos mostra Dardel em sua obra “*L’homme et la terre: nature de la réalité géographique*”, de 1952. É visando uma nova perspectiva para os estudos geográficos que, a partir da década de 1980, ganha força o movimento humanista na geografia.

Os geógrafos, esgotaram o projeto de construção, por meio do marxismo, de uma ciência total. Trata-se, mais uma vez, de uma revolução científica de reconstrução da geografia. Com isso, o humanismo começa a tomar mais espaço na ciência geográfica. O romantismo vem estado à margem da pesquisa geográfica desde sua fundação. Com a ascensão do humanismo, o geógrafo passa a se colocar como um observador privilegiado, capaz de interpretar. A representação espacial passa a significar o resgate da inteligibilidade que os fatos espaciais adquirem a partir de seus contextos próprios.



A retomada da leitura de Dardel ganha força pela escola americana e italiana da geografia. Nesse contexto, aparece a concepção do espaço vivido, que começou a se desenvolver na França, levando ao estudo das regiões tomando o espaço como uma dimensão da experiência humana dos lugares. A ordem simbólica passa, com o espaço vivido, a estruturar a concepção do espaço de referência. Estas características se assemelham àquelas da geografia fenomenológica. A fenomenologia como método de estudo geográfico ganha força nos trabalhos de Edward Relph e Yi-Fu Tuan. Segundo Relph, há tantas geografias quantas são as percepções do mundo. Esses geógrafos procuram valorizar o conceito clássico de lugar, onde todas as significações culturais e individuais se concentram.

Assim, vê-se um horizonte de estudos geográficos que nos permitirá uma observação do campesinato a partir de uma ordem cultural, onde, como propõe Woortmann (1990), a relação do homem com a terra não estará mais apoiada no valor-de-uso, mas no uso enquanto valor, a partir de uma subjetividade, de uma geograficidade que envolve o modo de vida camponês.

O campesinato como modo de vida: a construção de um pensamento.

A força do marxismo na geografia levou muitos teóricos à sobrecarga de uma análise economicista da sociedade em que o homem, como ser social, vive em conflitos de classes em um sistema onde há a ascensão de uma classe em detrimento de outras. Essa ótica de análise da busca pelo poder, principalmente econômico, leva o campesinato a análises controversas que questionam sua verdadeira existência. Muitos geógrafos, principalmente da geografia brasileira, veem o camponês apenas como uma classe que luta por terra, quando não, uma classe em vias de extinção, sucumbindo ao modo de produção capitalista.

Esta análise marxista levou Lenin (1982) a teorizar sobre a desintegração do Campesinato em sua clássica obra de 1899. Nessa obra, Lenin lança mão do uso de dados estatísticos para classificar as famílias camponesas da Rússia czarista, com o intuito de justificar a dominação de uma classe camponesa sobre outra, que viria a ser prerrogativa para chamada luta de classes proposta pelo marxismo.

Ao analisar os dados dos *Zemstvos*, como era chamado o órgão censitário russo da época, Lenin observou que haviam proprietários rurais que tinham muito mais poder e terras que outros, chegando a pagar pela força de trabalho de pequenos proprietários que se submetiam



à esse trabalho para complementar sua renda familiar. Lenin entendeu que esses grandes proprietários de terra formavam a classe dominante, como burgueses do campo, e que os pequenos proprietários, que trabalhavam para os grandes, “vendendo” sua força de trabalho, seriam os proletários rurais. Eis, então, que se configurava um capitalismo, que, pela ideia revolucionária do marxismo, deveria ser superado.

Os estudos de Lenin levaram à construção do ideal revolucionário russo, que deu gênese à ditadura socialista do estado russo. Assim, esses estudos enxergam o campesinato como uma classe em desintegração, pois o modo de vida camponês já havia sido incorporado pelo capitalismo, ou melhor, para Lenin, não existe campesinato enquanto modo de vida diferente do capitalismo. É notório a classificação do campesinato por uma ótica economicista, que distorce um modo de vida complexo e autônomo para uma relação de poder simplista pautado no domínio pelo poder aquisitivo de certo grupo sobre outro.

Assim como Lenin, Kautsky (1986) apoiou seus estudos nas análises marxistas da sociedade, porém seu embasamento está nas análises de Marx sobre o campesinato enquanto modo de produção diferente do capitalismo, remanescente de modos de produção pré-capitalistas que ainda perduram na sociedade contemporânea a seus estudos.

Para Kautsky, o campesinato, assim como outras classes existentes paralelamente ao modo produção capitalista, é produzido pelas necessidades do capitalismo, se desenvolvendo à sua sombra (KAUTSKY, 1986, p. 13). Kautsky também faz análise do campo por meio da divisão entre grande e pequeno estabelecimento de exploração agrícola. O grande estabelecimento, herança das propriedades feudais, é onde vai se desenvolver o sistema de exploração agrícola capitalista por meio do proprietário fundiário livre que é detentor dos meios de produção com animais próprios, assalariados próprios e ferramentas próprias. Já o pequeno estabelecimento iria se apresentar de forma diferente quanto ao modo de cuidar do campo e da casa, apoiando na organização de uma economia doméstica familiar.

O ensaio de Kautsky já nos permite uma diferenciação acerca do campesinato e do capitalismo agrário a partir da forma diferente do uso da terra. Não se pode refutar o fato de que o capitalismo exerce grande influência tanto no grande estabelecimento quanto no pequeno, o que, neste último caso, é chamado de influência de fatores exteriores. Isso se dá pelo fato de que, mesmo no pequeno estabelecimento, a terra possui valor de uso, e o tamanho da propriedade vai indicar a possibilidade de produção da unidade doméstica. Mas vale ressaltar



que Kautsky já nos vai permitir um estudo diferenciado do campesinato, possibilitando uma primeira compreensão de um modo de vida, embora ainda encarado como um modo de produção.

Fazendo forte crítica aos estudos de Lenin, surge a figura de Chayanov, que propõe uma análise diferenciada do campesinato russo, que vem a servir de base para a confirmação do campesinato de um modo geral para outros lugares do globo. Em sua clássica obra, “*A Organização da Unidade Econômica Camponesa*”, publicada em 1925, Alexander Chayanov lança um importante referencial teórico sobre a questão camponesa e coloca como elemento fundamental, a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica. Isso permite entender o campesinato a partir de um contexto de reprodução e resistência.

As análises de Chayanov (1974) levam a uma compreensão de um campesinato que parte da necessidade do consumo e da subsistência da família como motivação para o trabalho camponês e a conseqüente reprodução familiar, não como uma subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista, como propunha Lenin. A família trabalha originalmente para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital.

Com isso, partindo de um premissa de inexistência de trabalho assalariado e não-acumulação de capital, Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não-capitalista, afirmando que o campesinato é um modo de produção, cujas características são: a força do trabalho familiar – unidade econômica camponesa -, pequena propriedade como local das atividades, autonomia familiar para produzir seu meio de produção, mas que, às vezes, devido a diversos fatores, membros da família se veem obrigados a empregarem sua força de trabalho em atividades rurais não-agrícolas. Mesmo assim, ainda persiste a análise econômica do campesinato, embora substancial para uma análise humanista que se configura a partir de uma premissa moral, cultural e existencial.

A partir dos clássicos da questão agrária aqui elencados, muitos estudos neste campo foram se aprimorando para entender o campesinato, que ora figura como modo de produção, ora vai enveredar como modo de vida.

A geografia brasileira tem uma forte propensão para a análise do agronegócio e expansão das atividades agrícolas exportadoras. O campesinato é quase que ignorado. O



camponês está muito mais atrelado aos estudos dos conflitos por terras do que pelo viés de uma análise de seu modo de vida. Nesse sentido, os clássicos estudos de Kautsky e Lenin ganham grande espaço nos debates da questão agrária brasileira. Já na análise das lutas por terras, quem figura como referencial teórico é Chayanov. Com isso, vemos muitas análises que desconsideram o modo de vida camponês em seus estudos.

Nesse sentido, Klaas Woortmann (1990), acaba apontando um diferencial para essas análises, partindo de uma metodologia que analisa o camponês não somente pela sua força revolucionária e política, mas pelo seu estilo de vida próprio que, apesar de fortemente influenciado pelo capitalismo, ainda guarda uma ordem moral que abstrai do campesinato mais que uma classe ou modo de produção não-capitalista.

O sentido antropológico utilizado por Woortmann, virá a ser corroborado neste ensaio pelo viés fenomenológico da Geografia. Woortmann parte da ideia de uma análise não mais economicista do campesinato, o que vinha sendo feito por muitos teóricos do tema. “Meu intento, porém, não é o de surpreender o campesinato através de sua economia, mas está mais próximo da ideia de uma sociedade camponesa.” (WOORTMANN, 1990, p. 11). O fato de olhar o campesinato por uma ótica não economicista, abre as portas para estudos que relevem o modo de vida do camponês, que se difere em diversos aspectos do modo de vida capitalista.

Enfocamos o fato de que o capitalismo interage com este modo de vida, influenciando-o, em maior ou menor grau. É por este fato que Woortmann (1990) lança a noção de “campesinidade”, para entender a ética e a moral camponesa, que passam a figurar como fatores principais em sua análise do campesinato: “Ocupo-me de uma qualidade: a *campesinidade*, que suponho comum a diferentes lugares e tempos.” (WOORTMANN, 1990, p. 12). Este elemento de análise do campesinato muda o enfoque que os clássicos, já tratados até aqui, tem em relação ao modo de vida camponesa, pois subtrai a atenção de uma análise objetiva e passa a exortar a subjetividade como ponto crucial do estudo.

A subjetividade nos estudos sobre o campesinato enfatiza uma cultura camponesa, galgada em valores próprios, distintos dos praticados pela sociedade moderna. A terra, simbolizada como dádiva, não é vista como propriedade comercial/mercantil. O valor-de-uso, como pregado pelo capitalismo, ganha outro sentido: o próprio uso é o valor. A família, ao contrário do que Chayanov teorizou, não é simples mão de obra para sua própria reprodução, muito menos um aspecto quantitativo que justifica a “prosperidade” da unidade doméstica.



Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. (WOORTMANN, 1990, p. 23)

O modelo camponês é, segundo o autor, um modelo relacional, que se opõe ao modelo urbano capitalista, que é individual. Com isso, tomando por base teórica a geografia fenomenológica, podemos falar em uma campesinidade pautada no que Eric Dardel (2011), vai chamar de geograficidade. O estudo do campesinato como modo de vida, nos engendra uma discussão cultural de uma relação entre o homem e a Terra, que cria valores que norteiam seu comportamento e o leva a desenvolver um sistema de símbolos e significados peculiares.

Assim, o modelo relacional que liga o camponês à Terra, sem que esta terra figure um papel meramente econômico, nos permite estudar o campesinato, e a campesinidade, a partir de uma perspectiva fenomenológica, onde as influências que o capitalismo impetra nesse modo de vida, não o tornará integrante do sistema motriz que comanda o modo de vida urbano contemporâneo. As “urbanidades” que se integram ao espaço agrário, passam a compor o modo de vida do campesinato, sem, contudo, torná-lo urbano, ou capitalista. Isso nos é permitido observar a partir do momento em que a campesinidade, com mais ou menos intensidade, indica uma geograficidade comum aos diversos grupos camponeses, que vivem seu espaço vivido por meio de significados e ressignificados que absorvem as mudanças sem perder sua essência, que está na sua ligação com a terra, uma ligação íntima como o espaço geográfico, de gênese tão vetusta que remonta à própria origem do homem enquanto um ser geográfico.

O campesinato na Vila Amazônia: um ensaio geográfico fenomenológico

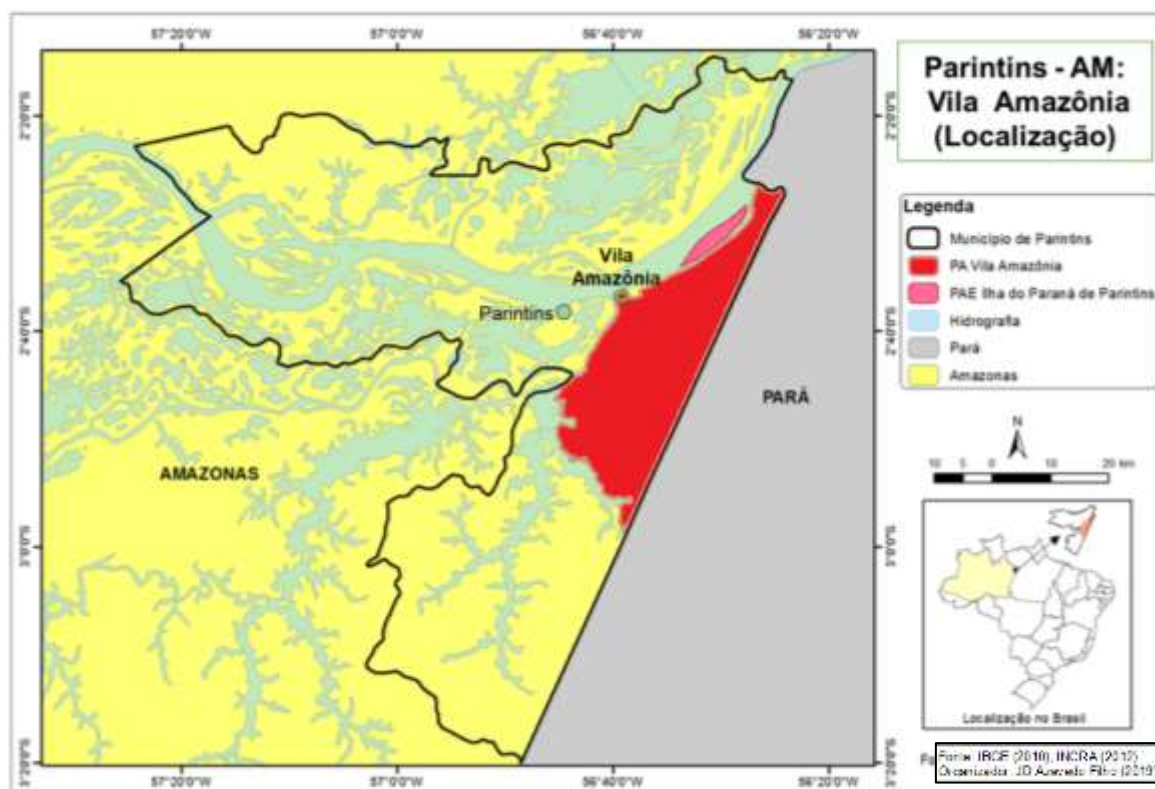
Passamos a um breve histórico da Vila Amazônia para que se tenha um entendimento melhor de sua origem e contexto atual.

A Vila Amazônia (figura 01) surgiu como decorrência de um projeto elaborado pelo governo de Efigênio Salles que, com a queda do ciclo da borracha no Amazonas, procurou alternativas econômicas para o estado, oferecendo aos japoneses um milhão de hectares de terra para produção agrícola, em troca da mão-de-obra especializada. O deputado Tsukasa Uyetsuka foi quem acreditou a se comprometeu em executar o projeto, optando pelo cultivo da juta como base econômica, pois a sua fibra era fundamental no mercado internacional para confecção de



sacos para carregamento café e outras mercadorias, além de não ser produzida em larga escala por outros países. Com o fim do ciclo da juta na década de 80, a Vila Amazônia passou a fazer parte de projetos de Assentamento pelo governo brasileiro por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que até os dias de hoje vem atuando na localidade.

Figura 01: Localização da Vila Amazônia



Fonte: Bases IBGE (2010); INCRA (2012); Organizador: JD Azevedo (2020)

Não sendo diferente do que ocorre em diversas outras áreas rurais do interior do estado do Amazonas, a Vila Amazônia, até o final do século passado, não apresentava nenhum traço de urbanização, não possuindo rede de energia elétrica ou água encanada, tendo moradias, em sua maioria, estruturadas de forma rústica, de palha ou de madeira. As principais atividades econômicas desenvolvidas na localidade estavam ligadas à produção de culturas de ciclo curto, nas áreas de várzea, e de médio ciclo, nas áreas de terra firme.

Devido ao grande número de projetos de políticas públicas destinadas àquela localidade, a Vila Amazônia começou a passar por um significativo processo de mudança infraestrutural. Criação e pavimentação de vias públicas, instalação de rede elétrica, proporção de serviço de



abastecimento de água, entre outros (figura 02), modificaram muito além da paisagem: modificaram o modo como os moradores da comunidade encaram o seu “novo” espaço cotidiano. O espaço construído para atender à comunidade, o espaço do homem, toma novas conotações e se enche de novos significados. Trata-se de um espaço que adquire uma outra qualidade, uma outra geograficidade, mas que não muda a essência da relação existencial com a Terra, que se eiva de re-significados.

A transformação da paisagem observada pelos olhos dos sujeitos que se ligam à ela leva a uma concepção geográfica diferente das abordagens científicas tradicionais, pois “o espaço geográfico não é um espaço em branco a ser preenchido...” (DARDEL, 2011, p. 33). A geografia não pode ser indiferente à essa concepção. O espaço geográfico não pode ser concebido como tal senão quando vivido pelo homem e ligado a ele, pois a Geografia está intrínseca ao modo de vida que cada ser humano desenvolve por meio de suas experiências com a Terra. “A ‘geografia’ permanece, habitualmente, discreta, mais vivida que exprimida”. (DARDEL, 2011, p. 34). É por suas atividades que o homem exterioriza sua relação com a Terra. São essas experiências, que agora possuem outros significados que afetam o grau de campesinidade daquele lugar.

Figura 02: Exemplo da infraestrutura urbana criada na Vila Amazônia.



Foto: Anderson Tavares, 2014.



Apesar da transformação do seu espaço vivido, muitos camponeses da Vila Amazônia ainda preservam seu modo de vida basilar focado na tradição e cultura de um campesinato peculiar à região. Segundo trabalho publicado por Rodrigues e Albuquerque (2005), muitos moradores da Vila Amazônia praticam a pesca de subsistência, uma prática típica do campesinato amazônico; um pequeno grupo pratica a extração de madeira, principalmente para a fabricação de carvão para o consumo próprio; todos os envolvidos na pesquisa possuem criação de animais, com finalidade de retroalimentação, característica do modo de vida campesino.

Figura 03: Produção de farinha na comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia.



Foto: Anderson Tavares, 2015.

Além da farinha, que é a principal fonte de renda para muitas famílias da Vila Amazônia, há o cultivo e venda de mandioca e de algumas hortaliças, que ajudam a complementar a renda familiar. A maioria dos camponeses que ainda vivem na Vila Amazônia trabalham com a produção de mandioca, banana, quiabo, pimenta de cheiro e cebolinha, segundo informações obtidas junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Parintins no ano de 2015.

A transformação do espaço provocado pela penetração de aparelhos urbanos no espaço rural da Vila Amazônia, levou muitas famílias a mudarem seus hábitos de vida. A área de produção se afastou do lugar de moradia. A ligação com a terra se transforma:

Dentre as áreas destinadas para produção algumas são utilizadas para a pecuária em pequena escala. No geral a relação de trabalho no uso da terra é de subsistência sem



ainda causar grandes impactos na degradação do solo, tem a terra como renda, mas necessária para sua sobrevivência (RODRIGUES e ALBUQUERQUE, 2005).

Como espaço construído, a paisagem da Vila Amazônia, pós ciclo da juta, tinha seu significado firmado no trabalho do campo, na pesca e no extrativismo, em um ritmo lento, tendo o homem um contato extremamente forte com o meio natural, por meio de uma campesinidade típica que o ligava ao espaço telúrico, ao espaço aquático. As águas expressavam calma e tranquilidade, segundo relatos de moradores antigos da localidade. “O vento podia ser ouvido bem melhor naquele tempo”, relata um morador local que reside ali há mais de quarenta anos. “Hoje, praticamente todo dia a gente acorda com esse barulho alto do vizinho”, continua relatando o morador ao se reportar à mudança ocorrida com a chegada da energia elétrica para a comunidade, que levou seu vizinho a adquirir um aparelho de som que, segundo o morador citado, é ligado todos os dias em um volume muito alto, perturbando o descanso dos comunitários.

Conforme Rodrigues e Albuquerque (2005), a eletricidade faz parte do cotidiano das comunidades da Vila Amazônia, sendo que muitos moradores acabam se queixando em relação à qualidade do fornecimento, que, em algumas comunidades, não ocorre de forma satisfatória, ocorrendo interrupções constantes, programadas ou não, ou não sendo fornecida 24h por dia, como, segundo os próprios moradores do lugar, alegam ser o adequado. A presença da energia elétrica gera uma sensação de conforto à maioria dos moradores locais, mudando sua forma de interagir com o meio.

Com o fornecimento de eletricidade, veio a água encanada, por meio de poço artesiano, que, de uma forma geral, mudou o cotidiano dos moradores da área. “Hoje não há mais a necessidade de pegar água na beira” relata uma moradora antiga da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia, “a água chega no nosso jirau (risos)”, continua a moradora. Isso muda outro aspecto da relação com o meio vivido, o aspecto do espaço-tempo, pois muitos moradores que, outrora, acordavam cedo no dia para pegarem água nas margens dos lagos, furos e igarapés da localidade, agora não veem mais a necessidade de fazer isso.

Embora as fortes mudanças ocorridas, é notório que a ligação com a terra não perde sua essência primordial, as relações de parentesco ainda são fortes e o trabalho não enseja nada além da manutenção da família. Mas, não se pode retrair o fato de que, entre os muitos camponeses que vivem no lugar, há aqueles que mudaram totalmente seu modo de vida, ou



chegaram ao local e se estabeleceram no intuito de praticar o modo de vida urbano capitalista, o que é mais comum.

Hoje, existem diversos estabelecimentos comerciais e a oferta de serviços públicos, o que requer pessoas que vendam sua força de trabalho. Não podemos negar o fato de que o capitalismo exerce grande força na localidade, mas sua existência ali, permite a manutenção do modo de vida camponês, que se utiliza de suas regalias para permanecerem no lugar, praticando sua campesinidade. Além disso, há de se relevar a questão das mudanças sociais provocadas pela presença o urbano na localidade.

No núcleo Urbano do PA as relações sociais não são mais tão estreitas e espontâneas devido a intervenção das condições urbanas, onde há índices de violências significativos, bem como o aparecimento de galerias e outros elementos contribuem para o distanciamento das pessoas que estão vivendo conforme os aspectos da cidade (RODRIGUES e ALBUQUERQUE, 2005).

Desta forma, o que podemos observar, de fato, é que o campesinato na Vila Amazônia vem passando por mudanças que levam os moradores locais a conviverem, no mesmo espaço, com elementos do rural e do urbano, que os levam a perceber seu espaço vivido por meio de uma nova geograficidade, uma nova relação com a terra, que diminui seu grau de campesinidade, mas não extingue o modo de vida camponês, apenas o adapta para existir paralelamente ao modo de vida urbano capitalista contemporâneo.

Percebemos que as urbanidades no rural levam os moradores da Vila Amazônia, camponeses ou não, a experienciarem um espaço vivido que consegue inserir o urbano no meio rural sem mudar a essência do lugar, que não deixa de ser rural por causa da urbanização que ali ocorre. Vemos, assim, um lugar que se caracteriza como urbano, mas com a “alma” rural, que constitui sua natureza camponesa. Não há uma única identidade, são várias, que se diversificam em consonância com os modos de vida que podem ser encontramos naquela localidade. Isso mostra como o espaço vivido é complexo e subjetivo.

Referências Bibliográficas

ALAVI, H. The Rural Elite and Agricultural Development in Pakistan. **Pakistan Economic and Social Review**. Vol. 14, No. 1/4, INCOME INEQUALITIES IN PAKISTAN (1976), pp. 173-210.



- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- RODRIGUES, Jeane Ribeiro; ALBUQUERQUE, Carlossandro Carvalho. Assentamentos agrários da Gleba de Vila Amazônia em Parintins – AM. *In: Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10, 2005, São Paulo, **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 2005. P. 12706-12726. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/15.pdf>> Acesso em: 19 mai. 2014.
- WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico*, 87. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

Trabalho apresentado em 15/01/2020

Aprovado em 30/03/2020